



## EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO CONTEXTO ESCOLAR

CRITICAL ENVIRONMENTAL EDUCATION: FACING SOCIO-ENVIRONMENTAL  
CONFLICTS IN THE SCHOOL CONTEXT

EDUCACIÓN AMBIENTAL CRÍTICA: ENFRENTANDO LOS CONFLICTOS  
SOCIOAMBIENTALES EN EL CONTEXTO ESCOLAR

**Adriana Massaê Kataoka**

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8603-9587>

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - PA - Brasil

**Bruno Bianchin Alves**

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5738-5410>

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - PA - Brasil

**Juliana Mara Antonio**

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4759-3854>

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - PA - Brasil

**DOI: 10.22481/poliges.v3i1.10959**

**Resumo:** A Educação Ambiental é uma importante alternativa pedagógica para o enfrentamento dos conflitos socioambientais recorrentes na escola do campo. Diante desse contexto, esta pesquisa investigou em que medida a temática dos conflitos ambientais interferem na prática pedagógica em escolas do campo, pertencentes a um município do interior do Paraná historicamente extrativista. A pesquisa adotou a abordagem qualitativa do tipo pesquisa participante. Os participantes foram professores e gestores de um município localizado no interior do estado do Paraná. As informações foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (1977) e análise qualitativa de Minayo (1998). Os resultados revelaram a preocupação dos participantes com a estagnação econômica e a falta de perspectiva em relação ao município. Além disso, ficou evidente a existência de um conflito socioambiental no município que reflete na prática escolar. Os professores demonstraram ter uma percepção clara dos conflitos socioambientais e injustiças sociais vivenciados pela comunidade, mas não conseguiram fazer a transposição dessa percepção para uma atuação pedagógica que tenha condições de enfrentar essa realidade. Entendemos, portanto, que a adoção dos princípios da vertente crítica da Educação Ambiental pode contribuir para uma formação cidadã consciente e mais apta a intervir na realidade em questão.

**Palavras-chave:** Conflitos Socioambientais. Educação Ambiental Crítica. Formação de Professores

**Abstract:** Environmental Education is an important pedagogical alternative for the confrontation of recurrent socio-environmental conflicts in rural schools. Given this context, this research investigated to what extent the theme of environmental conflicts interfere with the pedagogical practice in rural schools belonging to a historically extractive city in the countryside in the state of Paraná. The research adopted the qualitative approach of participant research. The participants were teachers and managers of a city in the countryside in the state of Paraná. The data were analyzed using Bardin's Content Analysis (1977) and Minayo's qualitative analysis (1998). The results revealed the concern of the participants with the economic stagnation and the lack of perspective in regard to the city. In addition, it became evident that there is a socio-environmental conflict in the city that reflects on school practice. The teachers showed a clear perception of the socio-environmental conflicts and social injustices experienced by the community, but were not able to transpose this perception into a pedagogical action that is able to face this reality. We understand, therefore, that the implementation of the principles of the critical aspect of Environmental Education can contribute to a conscious citizen education that is more apt to intervene in the reality in question.

**Keywords:** Socio-environmental conflicts. Critical Environmental Education. Teacher training

**Resumen:** La Educación Ambiental es una importante alternativa pedagógica para enfrentar los conflictos socioambientales recurrentes en las escuelas rurales. Ante este contexto, esta investigación investigó en qué medida el tema de los conflictos ambientales interfiere en la práctica pedagógica en escuelas rurales, pertenecientes a un municipio históricamente extractivo del interior de Paraná. La investigación adoptó el enfoque cualitativo del tipo investigación participante. Los participantes eran profesores y administradores de un municipio ubicado en el interior del estado de Paraná. La información se analizó utilizando el Análisis de Contenido de Bardin (1977) y el análisis cualitativo de Minayo (1998). Los resultados revelaron la preocupación de los participantes por el estancamiento económico y la falta de perspectiva en relación al municipio. Además, se evidenció la existencia de un conflicto socioambiental en el municipio que se refleja en la práctica escolar. Los docentes demostraron una percepción clara de los conflictos socioambientales y las injusticias sociales que vive la comunidad, pero no lograron transponer esa percepción en una acción pedagógica que sea capaz de enfrentar esta realidad. Entendemos, por tanto, que la adopción de los principios del aspecto crítico de la Educación Ambiental puede contribuir a la formación de un ciudadano consciente y más apto para intervenir en la realidad en cuestión.

**Palabras clave:** Conflictos Sociales y Ambientales. Educación Ambiental Crítica. Formación de profesores

## Introdução

A presente investigação emergiu a partir de um projeto de extensão, desenvolvido pelo Núcleo de Educação Ambiental (NEA), da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), que tinha por objetivo sensibilizar a comunidade local por meio das escolas do campo sobre a importância da conservação ambiental, uma vez que o município em foco possui duas unidades de conservação e recebe incentivos fiscais (ICMS Ecológico - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços) para manutenção destas, os quais, em grande parte são revertidos para a saúde e educação da região.

Destaca-se que nos primeiros contatos entre os gestores do poder público local e diretores das escolas locais emergiu uma certa resistência em relação ao trabalho com a educação ambiental no contexto escolar. Observou-se por parte dos referidos grupos o entendimento da necessidade do trabalho sobre conservação ambiental, principalmente em função das exigências legais para a manutenção da arrecadação monetária advinda do ICMS-Ecológico, ao mesmo tempo que um certo desconforto em trabalhar essa temática na escola. Alguns indícios relacionados a esse desconforto foram sinalizadas desde a primeira aproximação, que apontavam para possíveis conflitos socioambientais no município. Assim, emergiu a necessidade de compreensão do fenômeno que se apresentava, para que o projeto pudesse se desenvolver. É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, que busca compreender os elementos que interferem na resistência do trabalho com a conservação ambiental nas escolas do campo do referido município.

A presente pesquisa se insere no campo da Educação Ambiental, a qual nas últimas décadas tem se dedicado de maneira especial ao contexto escolar. As pesquisas sobre EA no âmbito formal, vêm apontando que as abordagens utilizadas nas escolas articulam-se, em sua maioria, com perspectivas conservadoras e pragmáticas, e que adotam a concepção de ambiente como natureza ou recurso, entendendo o ser humano como criatura separada do ambiente. Sauvé (2005) aponta essa abordagem como uma corrente naturalista, conservacionista/resolutiva. Layrargues e Lima (2011) retratam-na como macrotendência conservadora e pragmática. Trata-se de uma visão que valoriza a questão afetiva e emocional ligada à natureza, na qual o ambiente é visto estritamente em seus aspectos biológicos e físicos, sem considerar o ser humano e a sociedade e sem problematizar, pensar e/ou refletir sobre a realidade. A opção pedagógica que segue essas vertentes de EA, é chamada de abordagem comportamentalista, com ênfase na gestão dos recursos da natureza.

Tais abordagens e conceitos têm sido superados pela abordagem crítica da EA, que, segundo Loureiro (2012), Carvalho (2008) e Layrargues (2020), apresenta

melhores condições para o enfrentamento da crise socioambiental existente. A EA Crítica, segundo Loureiro (2003), aponta os processos dialógicos e democráticos como fundamentais para desvelar a complexidade da realidade e dos conflitos característicos desta, isto é, só se compreende e transforma a sociedade, considerando a diversidade, oposições e tensões fundantes. Por isso, os determinantes da degradação socioambiental devem ser compreendidos em uma análise interconectada dos fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e biológicos.

Essa vertente crítica é importante no contexto deste trabalho, porque além de ser a abordagem indicada pela legislação brasileira da EA (Política Nacional de Educação Ambiental, de 1999 e Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, de 2012), consideramos que essa vertente é a que apresenta melhores condições para abordar a situação particular da comunidade escolar envolvida no projeto de extensão supracitado.

Ao focalizar o contexto em que se insere a comunidade escolar, esta pesquisa articula-se com os princípios da EA Crítica, que, entre outras características, já mencionadas, enfatiza a importância de se considerar o contexto em que se insere a comunidade a ser investigada. No caso específico desta pesquisa, foram identificadas narrativas relacionadas aos conflitos socioambientais do município, e, assim, a investigação procurou evidenciar em que medida esses conflitos são percebidos e interferem no trabalho escolar quando se trata da temática ambiental.

Com base nessas considerações, inicialmente, neste artigo, contextualizamos o percurso metodológico da pesquisa e posteriormente, apresentaremos os resultados, organizados em duas partes, sendo que a primeira refere-se aos resultados do grupo focal e a segunda ao questionário aplicado aos docentes.

## **Percurso Metodológico**

A pesquisa adotou a abordagem qualitativa, sendo do tipo pesquisa participante. Segundo Grossi (1981) a pesquisa participante é um processo no qual a comunidade participa da análise da sua própria realidade, visando promover uma transformação social em benefício dos participantes que são oprimidos.

O público participante foi composto por professores e diretores (nível: infantil, fundamental e médio), de espaços escolares de um pequeno município do interior do Paraná. A maioria dos professores participantes da pesquisa são pedagogos que lecionam em todas as disciplinas na rede básica de ensino; exceto no colégio estadual, cujos docentes lecionam em diferentes campos do conhecimento. Também participaram da pesquisa gestores do poder público, prefeito, secretários e assessores.

Foram utilizados dois instrumentos de coleta de informações, o grupo focal e o questionário, participaram do grupo focal 27 professores e nove participantes gestores do poder público. O grupo focal com professores ocorreu em uma das escolas (E) e o grupo focal com os gestores nas dependências da prefeitura (Pr) municipal local. O questionário foi aplicado em um evento do projeto de extensão na Universidade (U) e envolveu os professores da rede pública de ensino do município de estudo, com quarenta docentes participantes. O preenchimento do questionário aconteceu a partir de uma dinâmica, na qual foram formados grupos em que os professores se reuniram por instituição escolar, respondendo-o coletivamente após a discussão em seus grupos, ou seja, as respostas retratam a percepção do grupo, totalizando 5 questionários por unidade escolar. Para a apresentação dos resultados, os professores são identificados por (P), diretores por (D) e Gestores por (G).

O instrumento de grupo focal segundo Morgan (1997) refere-se a um processo de pesquisa qualitativa, em que obtêm-se dados por meio das comunicações grupais. O grupo focal ocorreu na etapa de diagnóstico do projeto supracitado, que tinha objetivo mais amplo do que o recorte dessa pesquisa, dessa forma, somente foram trazidas as informações consideradas relevantes para elucidar o fenômeno da resistência do trabalho com a temática ambiental apresentada pelos professores e diretores.

O questionário foi composto por três questões abertas e foi elaborado a partir dos resultados que emergiram do grupo focal, com o objetivo de aprofundar o que foi encontrado no grupo focal, buscando explorar possíveis implicações dos conflitos socioambientais identificados com a prática escolar. Para contextualizar as perguntas, primeiro foi apresentado um pequeno texto descrevendo a problemática do extrativismo de madeira, seguido das questões a serem debatidas entre os professores e posteriormente respondidas. A primeira questão interrogava se o conflito descrito no texto surge em sala de aula, a segunda, objetivava saber quando isso acontecia, como essa situação era conduzida pela docente e a última gostaria de saber a opinião sobre essas contradições decorrentes do problema em questão.

A análise do grupo focal foi realizada por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (1977). Conforme a referida análise, as informações da presente pesquisa seguiram três etapas: 1ª – A pré-análise envolveu a escolha dos documentos a serem submetidos pela análise, que ocorreu por meio de leitura flutuante. 2ª – A exploração do material envolveu o confronto entre o corpus de análise e a hipótese levantada, baseando-se na sua relação com o referencial teórico adotado. 3ª – A inferência e a interpretação ocorreram a partir das categorias encontradas no diálogo com os fundamentos teóricos adotados.

A análise do questionário ocorreu seguindo os pressupostos de uma sociologia mais compreensiva como forma de interpretação dos resultados produzidos (MINAYO, 1998), ou seja, complementando a análise do grupo focal com um olhar voltado para a manifestação dos conflitos socioambientais no contexto escolar.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Centro-Oeste, de acordo com o parecer nº 2.588.898, de 9 de abril de 2018.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os trechos das falas apresentados a seguir são identificados por duas siglas, sendo que a primeira refere-se ao participante e a segunda ao local da coleta de informações. Para os participantes as siglas P, D e G tratam respectivamente dos professores, diretores e gestores. Em relação a localidade da coleta de informações, as siglas E, Pr e U tratam respectivamente da Escola, Prefeitura e Universidade.

### **Análise do Grupo Focal**

O *corpus* de análise da pesquisa foram trechos extraídos das falas dos participantes durante o grupo focal. Os trechos identificados como relacionados aos conflitos socioambientais foram agrupados de acordo com as categorias que emergiram dos próprios dados, sendo elas: **conjuntura do município** e **indícios de conflitos**. A categoria indícios de conflitos foi subdividida em subcategorias: importância da conservação e percepção de contradições e injustiças ambientais.

### **Conjuntura do Município**

Considerar o “lugar a partir do qual cada grupo social interage no ambiente” é primordial em qualquer processo educativo em EA Crítica (LOUREIRO, 2003, p.55). O contexto da pesquisa emergiu do diálogo entre os participantes, em um momento de escuta em que os sujeitos da pesquisa demonstraram uma grande desesperança e preocupação com a estagnação do município. A partir do conhecimento sobre o histórico do município e de dados socioeconômicos, é possível entender essa situação, a qual sabemos não ser exclusiva desse município, mas de muitos com o mesmo histórico de pós-exploração dos recursos naturais por parte das indústrias madeireiras. As implicações desse contexto, relacionam-se a estagnação econômica, e todos os problemas decorrentes desse contexto. O que ocorre no município foco dessa pesquisa é explicado por Favaro (2014) em discussão a respeito dos municípios que tem como ciclo econômico a extração de madeira, que, apesar desses municípios receberem algum giro de capital, proveniente do imposto pela exploração madeireira, os ganhos são relativos devido a não distribuição dos lucros, equitativamente entre os cidadãos, uma vez que tais recursos ficaram reunidos no comando de poucas

empresas de extração madeireira, que não aplicam os lucros na mesma proporção, mas retiraram os recursos ambientais do local, evidenciando o caso de estagnação. O município em que as escolas desta pesquisa estão inseridas é um desses casos.

O relato dos participantes refletem essa realidade:

A estagnação é quando o indivíduo não pensa em evoluir em nível de sociedade, muitos têm essa consciência e acabam até saindo da cidade, e aqui o povo fica muito naquela falta de perspectiva, do jeito que tá, tá bom, como um marasmo, parado no tempo, se comparado a outras regiões, aqui está algumas décadas atrasado (P, Pr).

A preocupação demonstrada pelos professores relaciona-se aos problemas do município. Por outro lado, demonstra um sentimento de impotência que poderia ser enfrentado por uma educação voltada para a conscientização proposta por Freire (2003), isto é, voltada para refletir cautelosamente sobre a realidade vivenciada por meio da problematização. A problematização caracteriza a parte decisiva da proposta de educação de Freire (2003) e visa superar a visão ingênua com uma percepção crítica, capaz de mudar a realidade.

A angústia dos docentes diante da falta de perspectiva e conformismo com tal situação, estão diretamente relacionados ao contexto de exploração dos recursos naturais conforme já mencionado anteriormente e acreditamos que podem ser enfrentados por meio da educação. Educação essa, em conformidade com o que defende Loureiro, Franco (2012) e Freire (1980), que apontam um caminho válido para a tão almejada mudança na relação destrutiva entre sociedade e ambiente, evidenciando, no caso deste estudo, os conflitos socioambientais, é a conscientização da alienação, da sociedade de classe, além de nosso papel enquanto indivíduo e coletivo. Nesse sentido, os docentes têm um papel relevante na promoção de ações educativas, que podem instigar a problematização e a conscientização, que são o primeiro passo para a mudança, bem como para ampliar horizontes e aumentar as perspectivas.

### **Indícios de Conflitos Socioambientais**

Em diversos momentos, as falas dos professores e gestores demonstraram situações e exemplos que indicam algum nível de conflito socioambiental e além



disso, conflitos pessoais relacionados à preservação e cumprimento das leis ambientais. A categoria “Indícios de Conflitos Socioambientais” foi subdividida em “Importância da Conservação da Natureza” e “Percepção de Contradições e Injustiças”, descritas na sequência, respectivamente.

### **Importância da Conservação da Natureza**

Nesta subcategoria, derivada da análise das falas do grupo focal, identificou-se a percepção dos sujeitos sobre a importância da conservação de ambientes naturais, no entanto, demonstra-se claramente a discrepância entre teoria e prática. Os docentes sabem da importância, mas não conseguem elaborar estratégias práticas para valorizar e conservar as áreas de conservação.

“Porque daí eu é que tinha aquele discurso da consciência que tem que cuidar, tem que preservar e falar que nada se cria nada se perde tudo se transforma, então cada um tinha um discurso já, e de fato isso se perdeu nas escolas. Então hoje trabalhando na questão de escola, é cobrado muito número, quantidade e em prol disso a gente tem largado um pouco essas questões que são de fato muito mais importante que para alguns que estão trabalhando o dia inteiro” (P, E).

Evidenciam-se, nessa fala, a pressão pelas quais os docentes passam, postergando para um segundo plano o que seria o essencial. O relato demonstra a importância de discutir temas relacionados às questões ambientais, que, devido à pressão por métricas, acaba se comprometendo. Moraes (2010) afirma que a formação docente extrapola os aspectos pedagógicos e submerge em condições de trabalho, meio social e renda. Nesse sentido, conteúdo em excesso, horas de trabalho exaustivas, número elevado de educandos por turma, estrutura precária, carência de formação continuada adequada, dificultam uma prática crítica e transformadora em EA, como pressupõem as legislações.

A percepção dos docentes sobre a Unidade de Conservação pertencente ao município é importante para buscar estratégias posteriores em práticas pedagógicas críticas. Percebeu-se que a unidade de conservação foi retratada como relevante, por uma das diretoras, mas não reconhecida, como tal, pela população, de uma maneira geral; conforme segue:

A Unidade de Conservação será a menina dos olhos dessa cidade, é a única forma desse espaço não acabar na mão de gente muito

grande”. “Eu acho que ela é de extrema importância, mas não é valorizada” (D, Pr).

Ela é extremamente importante, mas o povo não tem conhecimento e não dá devida importância para ela” (G, Pr).

Os relatos demonstram uma mudança de paradigma desses professores, pois, se antes a riqueza vinha da exploração, agora percebem que a conservação da natureza pode trazer recursos financeiros ao município, por meio do ICMS ecológico, o que, portanto, agregará benefícios. Por outro lado, existe um sentimento ambíguo, pois, se de um lado demonstram compreender a conservação, por meio das Unidades de Conservação, que podem trazer recursos financeiros, de outro, ressentem-se com a legislação ambiental que os prejudica, ou melhor, que prejudica os pequenos proprietários, se comparados aos grandes.

A mudança de paradigma sinalizada pelos professores e gestores é essencial para o processo de conscientização e criticidade, pois compreender as contradições envoltas em um fenômeno amplia a percepção sobre o assunto. Segundo Freire (1992) a educação e a esperança podem ser caminhos para a libertação. Quando o professor menciona que a unidade de conservação “é a menina dos olhos”, demonstra o sentimento de esperança e mudança para o município, e para, assim, alcançar novos patamares de crescimento, sem a necessidade de desmatamento e exploração.

### **Percepção de Contradições e Injustiças**

A percepção de que a preservação e a conservação são conceitos considerados importantes pelos professores e gestores é evidente, no contexto específico em que se encontram, as temáticas provocam desconforto advindo de contradições pessoais. Um exemplo dessa situação pode ser observado na fala de um dos professores:

Quanto ao desmatamento, o que a gente pode fazer? Eu moro numa área que já foi liberada para desmatar, pois os bichos são visíveis que vem para casa da gente, e o que vamos poder fazer? Pois onde moro tem bastantes macacos” (P,E).

Nesse comentário, fica evidente que o professor não encontra possibilidades de ação, ao indagar o que poderia ser realizado para transformar sua realidade. Observa-se que a impotência em relação à conservação ocorre em função da realidade em que o professor está inserido. A fala demonstra certa resistência e incompatibilidade com a temática ambiental, ao mesmo tempo que, ao dizer “e o que a gente pode fazer?”,

também evidencia certa contrariedade, bem como mostra a necessidade de fazer algo, mas sem saber que meios usar para isso.

Em reunião realizada durante o projeto de extensão, com diretoras de espaços escolas do município, estas, quando indagadas a respeito da motivação para participarem do projeto, demonstraram certa apreensão. Somente após muita conversa, uma delas sentiu-se a vontade para expressar:

Vocês tem que nos conquistar primeiro com essa questão ambiental para a gente trabalhar com nossos alunos (D,Pr).

Cabe relatar que seis diretoras participaram dessa reunião e todas mostraram-se reticentes em abordar a temática ambiental, desde o início das conversas. Somente após a fala destacada surgir na reunião, as outras diretoras concordaram, relaxando um pouco e participando mais ativamente. O diálogo subsequente trouxe informações relevantes, que promoveram a clareza dos temas. Relatou-se que algumas diretoras e muitos professores são pequenos proprietários rurais e têm dificuldades para conseguir renda da propriedade, bem como, sofrem com as pressões dos agentes fiscais ambientais. Outra fala complementa a reflexão anterior:

No município existe muito desemprego por parte da juventude, muitos tem pequenas propriedades e a legislação, embora se entenda que ela é importante ao mesmo tempo dificulta para o pequeno agricultor (D, Pr).

Tal colocação, de uma diretora, é riquíssima, pois questiona como os professores trabalharão com as questões ambientais na escola, sendo perceptível que não se pode ter um discurso superficial e ingênuo a respeito da Educação Ambiental nos espaços escolares. Essa percepção pode contribuir para que os professores desenvolvam uma visão crítica, pois somente eles mesmos conseguirão transformar essa visão sociedade-natureza.

Paulo Freire (1996) comenta sobre a ideologia fatalista, que insiste em nos convencer de que nada podemos fazer para mudar a nossa realidade social, a qual, de maneira histórica e cultural, torna-se o nosso natural. O estudo também reflete sobre frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?”, que expressa uma vontade imobilizadora. De acordo com essa ideologia, só existe um caminho, o

de submeter o educando a essa realidade, que não pode ser mudada. Porém, Freire também evidencia que a superação dessa ideologia acontece na medida em que a curiosidade ingênua se critica, ou seja, quando o educador, junto com o educando, buscam a criticidade sobre o contexto em que estão imersos.

Dessa maneira, é preciso promover a reflexão, confrontar a realidade e a questão histórica e trabalhar a partir desse ponto. Assim, o que parece ser um trabalho complexo, torna-se melhor e mais rico, uma vez que os educandos estão imersos no contexto do município. Esse seria o ponto de partida para os professores, o contexto em que se insere a escola, que permeia de maneira contundente a realidade escolar.

Outro aspecto importante a respeito dos conflitos que cercam o município é a desigualdade entre grandes latifundiários e pequenos agricultores, uma vez que os grandes proprietários de monoculturas não são penalizados como os agricultores de pequeno porte. Essa afirmação pode ser notada nas falas dos professores:

Esses dias veio o cara do IAP aí, e agora tem a questão ambiental para olhar, o terreno tudo, fazer análise, porque provavelmente eles aplicam a multa e tem que fazer o replantio, até o replantio tá lá em casa os cubinho esperando” (Risos) (P, E).

Daí ele comentando disse: Pois é, eu sei que fiz errado, mas esse era o único terreno que dava plantio, e os cara disseram: pois é, mas vai ter que pagar. Aí o meu primo apontou para um lugar do município que está tudo derrubado, está destruído o lugar, e ele falou, mas e lá? O cara fez o mesmo problema que eu, vocês não vão ver lá? (P.E).

Percebe-se nesses comentários o sentimento de indignação diante da injustiça. Entender o processo de trabalho é essencial para a tomada de consciência, como dizia Freire (1980, p. 21): “reorganização do modo de produção e o envolvimento crítico dos trabalhadores numa forma distinta de educação, em que mais que adestrados para produzir, sejam chamados a entender o próprio processo de trabalho”. No entanto, percebe-se que a injustiça relatada, quando um foi criminalizado e outros não foram, provavelmente resulta de forte influência política, de maior poder aquisitivo e/ou outras vantagens daqueles que não foram penalizados. Desse modo, o grupo social do campo e da agricultura familiar sofrem injustiças ambientais quando comparado ao grupo dos grandes proprietários de terras, o que acarreta

consequências para os municípios com baixo número de habitantes, como é o caso do município foco desta pesquisa.

A insatisfação acerca das instituições responsáveis pela conservação ambiental é refletida em outra fala de um docente, ao problematizar acontecimentos vivenciados em sala de aula:

Aqui a gente conversa e eles sabem e se veem numa situação de injustiça, porque eles dizem: Ah meu pai tem só cinco alqueires e a gente precisa disso para viver, então eles vivem essa realidade. Então eles mesmos veem que a lei funciona e não funciona (P,E).

Mais uma vez surge a percepção das injustiças socioambientais que ocorrem no município, recorrentemente denunciada pelos sujeitos da pesquisa, conforme consta nas falas abaixo.

Tem a questão das nascentes, o agricultor tem que cumprir com as legislações, mas as pessoas grandes podem secar um banhado que não acontece nada (P,E).

Essas crianças até a hora de sair da escola e entrar no ônibus eles estão faceiros, mas quando a gente chegou lá aí eles falaram: Professora, mas espera aí, por que precisamos vir na propriedade do fulano fazer isso, na nossa não podemos tirar nada, ele tirou, ele tem dinheiro por que ele mesmo não faz o plantio? Entende, o discurso inocente tem horas que vai e tem horas que nem tanto (P,E).

Nota-se que o professor buscava discutir o tema Conflitos Socioambientais de modo ingênuo, ao mencionar que “o discurso inocente tem horas que vai e tem horas que nem tanto”, e, desse modo, o discurso não alcançou os resultados que ele esperava. Dickmann e Carneiro (2012) refletem que a formação dos educadores e educandos necessita de um processo que permita transitar da consciência ingênua para uma consciência crítica, para que envolvam com a transformação do contexto social, mediada pela comunidade escolar, de modo que vivenciam sua formação na perspectiva da participação cidadã e da autonomia.

Dessa forma, os conflitos socioambientais do município articulam problemas, injustiças e lutas ambientais que suscitam novos caminhos para as possibilidades didáticas no ambiente escolar. As declarações sobre as injustiças, advindas dos sujeitos que as vivenciaram, devem ser problematizadas nos espaços escolares. Essa

problematização poderá resultar no fortalecimento das relações escola-município, no envolvimento dos educandos em suas comunidades e em problemas que transpassam gerações (COSENZA; KASSIADOU; SÁNCHEZ, 2014).

### **Análise dos Questionários**

Responderam ao questionário todas as instituições de ensino participantes do projeto de extensão. Cada instituição (escola) se reuniu com os seus docentes e, após debate, responderam conjuntamente o questionário. As escolas foram denominadas como B1, B2, B3, B4 e B5. A primeira pergunta do questionário refere-se aos conflitos socioambientais no contexto escolar (pergunta: Esse tipo de conflito, de alguma forma surge na sala de aula?). Todos os participantes relataram ter vivenciado esse tipo de conflito em sala, sendo que três explicaram a presença dos conflitos, abaixo, trazemos um trecho de uma das falas, cujo conteúdo possui o mesmo teor dos três:

Sim, pois a maioria dos nossos alunos são filhos de pequenos agricultores e ouvem em casa os pais comentarem dos grandes agricultores que as leis parecem não se aplicar a eles, sendo cobrada apenas para os pequenos agricultores/produtores (menos favorecidos) (B4).

Os conflitos socioambientais que acontecem em seu município envolvendo as injustiças sociais com os agricultores familiares, devido à utilização dos recursos de maneira predatória. Zhouri e Laschefski (2010) apontam que os grupos que passam por injustiças ambientais normalmente estão localizados em regiões de desigualdade social, além de serem, normalmente, os mais prejudicados com as consequências do meio ambiente danificado.

Os docentes do espaço escolar B1 concordaram com a análise dos conflitos socioambientais derivados da injustiça ambiental, fruto de um modelo neoliberal, que ocorre por um período de tempo considerável no território brasileiro. Assim, os pequenos agricultores familiares são oprimidos, enquanto que o outro grupo, explorador, é beneficiado.

Dessa forma, corrobora-se com o que Carvalho (2001) discorre sobre a má distribuição dos bens ambientais e econômicos que norteiam os conflitos

socioambientais, uma vez que os interesses das grandes corporações se sobressaem em relação aos menos favorecidos.

Nas respostas da segunda pergunta, todas as instituições escolares trouxeram discussões a respeito de como abordam a problemática em sala de aula. A resposta da escola B5 reflete uma preocupação, por parte dos docentes, em relação aos educandos e ao seu contexto:

Precisamos entender e procurar explicar da melhor forma, que é a fonte de renda de muitas famílias, mas explicar que é ilegal e que com o tempo vai ter que mudar porque as matas vão terminar e eles vão ter que procurar outra fonte de renda para sobrevivência! (B5).

Esse grupo percebe a dificuldade enfrentada no município. No trecho “Precisamos entender e procurar explicar da melhor forma” é demonstrada a compreensão e empatia por parte dos docentes, que procuram entender a realidade dos seus educandos e da comunidade. É preciso perceber que é a forma de sustento daqueles sujeitos, que além de sua sobrevivência, relaciona-se com a sua cultura e história de vida, além de compreender e buscar a melhor forma de sensibilizá-los sobre a gravidade da problemática. Os professores percebem que o extrativismo não é a solução para o município e entendem que se trata de um recurso ambiental esgotável, bem como, que novos recursos solucionam o conflito vivenciado.

A escola B4 apresenta um ponto em comum com o espaço escolar citado anteriormente, ao descrever, de maneira generalizada, como agem os docentes quando os conflitos socioambientais aparecem:

Diante do enfrentamento na sala de aula, os professores procuram dar suporte e orientar sobre o que é correto, que a lei é para todos, mas falta conscientização por parte de alguns (B4).

Em ambas as respostas percebe-se a limitação, por parte dos professores, no entendimento de como trabalhar a problemática, pois não está especificado como podem conduzir essa situação em sala de aula. Percebe-se, ainda, que possuem dificuldades em mostrar perspectivas que direcionam seus educandos a entender os conflitos encontrados em sala de aula.

Para Loureiro (2012), são necessárias estratégias educacionais, sobre as quais o educador pode aprofundar-se, nas relações sociais, para identificar os conflitos de uso dos recursos naturais e pela elaboração de novas políticas públicas. Carvalho (1992) afirma que se a educação tem por objetivo transformar sua realidade, não será suficiente investir somente na mudança dos comportamentos, se não intervir nas condições humanas vivenciadas. Ressalta-se que a ação política se define pelo espaço da cidadania e pela gestão democrática.

Assim, uma possibilidade para os professores trabalharem com os conflitos na comunidade escolar seria o processo de educar para a cidadania, organizar a comunidade na busca de soluções coletivas, para alcançar a igualdade de oportunidades e promover a transformação da realidade. Nessa direção, Loureiro (2012) menciona que, para chegar a tal transformação, a Educação Ambiental deve envolver seus atores de maneira crítica, emancipadora, complexa e problematizadora, baseada na participação, diálogo, exercício da cidadania e fortalecimento dos sujeitos.

Vemos, na sequência, que as respostas dos espaços escolares B1 e B3 mostraram, respectivamente, como os professores trabalham em sala de aula:

Damos abertura ao debate. Orientamos ao raciocínio. Orientação com relação à legislação ambiental. Em alguns cursos usa-se o tema como trabalho (B1).

No cotidiano, durante as aulas em conversas informais e durante o desenvolvimento de projetos (B3).

É interessante perceber que os professores mencionam o uso do diálogo, pois, a partir deste, constrói-se um novo conhecimento. Paulo Freire (1983) afirma a dialógica como “essência da educação como prática da liberdade”; “quer dizer, a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo” (p. 92); demarcando que o diálogo começa na busca do conteúdo programático da educação libertária e definindo o diálogo como o encontro dos seres humanos, mediatizados pelo mundo para pronunciá-lo.

Loureiro e Layrargues (2013) afirmam que é preciso dar voz aos grupos socialmente mais prejudicados e analisar os fatos vividos por eles, o que permite uma melhor análise do quadro geral em que se encontra a comunidade, que é um dos objetivos da Educação Ambiental Crítica, a qual visa a vinculação entre a justiça



Paulo Freire (1996) relata que uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é possibilitar condições para que os educandos ensinem a experiência profunda de se reconhecer como ser social, histórico, pensante e comunicante, em suas relações uns com os outros e com o professor.

Além disso, o professor pode guiar os sujeitos para o avanço e progresso destes em relação aos problemas e conflitos, por meio de procedimentos de ensino-aprendizagem formais ou não formais, que priorizem a formação significativa de novos estudos e a formação de uma sociedade que busca seus direitos (LOUREIRO, 2004). Na Educação Ambiental Crítica, a prática educativa é a formação do sujeito humano enquanto ser individual e social, historicamente situado.

Por fim, os professores da escola B2 responderam mais especificamente sobre suas posturas no âmbito escolar:

O professor deve trabalhar como mediador procurando contextualizar diferentes situações esclarecendo dúvidas e oportunizando melhores conhecimentos a respeito do todo (B2).

A conotação ideológica dessa equipe escolar compreende o papel do docente e do educando como protagonista, e, ao mencionar o “contextualizar”, mostra que é necessário buscar a historicidade do município, nos aspectos históricos de exploração, no contexto cultural, político e econômico.

Sobre a atuação como mediador mencionado pelo professor, corrobora Loureiro (2004), que recomenda que é preciso situar o educador como o mediador do conhecimento, diante do processo socioeducativo, atuando como coordenador de práticas, pesquisas e reflexões, tanto no espaço escolar como na sociedade, combinando, dessa forma, novos meios de aprendizagens, centrados na comunidade, na instituição e no individual. Para isso, Saviani (2012) explica que, ao entender que a escola possui essa função, por meio do professor, este, compreendendo o contexto que há nesse espaço escolar, entenderá também os outros meios de educação.

Nas respostas da terceira pergunta, que refere-se à opinião dos docentes sobre as contradições envoltas nos conflitos socioambientais, percebeu-se que professores têm a necessidade de conscientizar seus educandos, no entanto, se veem em uma

situação em que compreendem que para mudar seria imprescindível buscar novas maneiras de sobrevivência, conforme demonstrado pela escola B5:

Mesmo as pessoas sabendo que isso é ilegal, eles não têm no momento outra fonte de renda. O interessante seria que as pessoas tivessem ajuda dos órgãos competentes através de projetos para conseguirem mudar sua fonte de renda através de outro trabalho (B5).

Nota-se que os docentes necessitam de alternativas de renda, porém percebe-se que não sabem nem onde ou como buscar esses recursos. Assim, os professores possuem a percepção da problemática, mas esperam algo de cima para baixo para solucioná-la, e sentem-se impotentes. Isso demonstra o porquê de não conseguirem explicitar, nas respostas da questão anterior, atividades que reforcem a cidadania, a organização social e a participação nas instâncias de poder e decisão

Por fim, os professores do espaço escolar B1 delegaram ao poder público a função de orientar o pequeno agricultor e à escola a função de trabalhar com os educandos sobre a questão da preservação ambiental.

O poder público deveria agir para orientar o pequeno proprietário rural de como ele pode gerar renda respeitando o meio ambiente e como a escola pode criar a ciência com relação a esta situação nos alunos. Incentivo maior à preservação ambiental (B1).

Nesse sentido, essa equipe escolar abordou a responsabilidade do poder público, mas não demonstrou clareza em como cobrá-lo, em como exercer seu papel como cidadãos frente a essa problemática. Da mesma forma, o grupo entende que essa discussão pode ser trazida ao espaço escolar, mas não possuía muita clareza sobre como isso pode ser realizado.

No trabalho de Fernandes et al. (2008), os autores mostram que a sociedade tem baixo nível de conhecimento em relação à legislação ambiental básica e poucos percebem a possibilidade de promover mudanças a partir de uma maior sensibilização da população, conforme menciona o Art. 255 da Constituição Federal: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo” e preservá-lo, para as presentes e futuras gerações”.

Essa perspectiva está de acordo com Carvalho (2001), ao destacar a dimensão ambiental das relações sociais, na qual a Educação Ambiental visa a transformação das relações com o meio ambiente, inserido em um projeto social, fundamentado em valores libertários e solidários.

Assim, é importante que a Educação Ambiental para a cidadania inclua um campo mais extenso que a mera memorização de informações sobre a organização de políticas públicas. As questões das desigualdades, os problemas da miséria, a globalização da economia, os conflitos socioambientais, etc., são problemáticas que comprometem o mundo todo. Esses temas precisam ser compreendidos como questões complexas, que implicam em uma resposta pautada não somente no conhecimento, mas também em valores (NOGUEIRA; SILVA, 2001).

### **Considerações Finais**

Percebe-se que a temática dos conflitos socioambientais está presente no município do estudo com reflexos no âmbito escolar. Este estudo evidenciou certa angústia por parte dos professores do local, que se sentem divididos entre sua identidade como professor e sua identidade como pequeno agricultor, papéis em que assumem posturas antagônicas em relação ao meio ambiente.

Além disso, o contexto de estagnação econômica e social do município, resultando em falta de perspectiva de crescimento e emprego, interfere sobremaneira em toda a comunidade do município, trazendo fortes reflexos no contexto escolar. Os resultados desta pesquisa esclarecem que não é possível aceitar uma educação conservadora, muito menos uma Educação Ambiental conservadora, nesse contexto, que implicaria em falta de sentido, tanto para o docente, quanto para o educando.

Entender a angústia dos educadores requer um olhar complexo, tanto dos professores, quanto da sociedade. Esse entendimento perpassa o contexto do município e evidencia a formação dos professores, a qual, tudo indica, foi conservadora; o que explicaria o sentimento de impotência deles frente a essa realidade.

Entendemos que é preciso considerar o processo de ensino e aprendizagem imerso nesse contexto em que professores e educandos compartilham da mesma realidade. Consideramos que os conflitos socioambientais presentes no município estudado podem ser considerados limitantes e geradores de impasses pessoais para os professores, ao mesmo tempo que podem ser considerados como potencialidades.

Para que esses conflitos passem de fator limitante para potencialidade é necessário que a prática social seja tomada como ponto de partida e de chegada, conforme defende Maia (2015). É importante explicitar que a prática social é entendida, nesse contexto, como a relação entre a prática cotidiana e a não cotidiana, ou seja, aquela advinda da experiência pessoal e dos saberes produzidos e acumulados ao longo da história. Percebe-se, então, que a prática social não acontece de forma automática, justificando as constatações nos resultados desta pesquisa.

Os professores demonstraram ter uma percepção clara dos conflitos socioambientais e injustiças sociais vivenciados pela comunidade, mas não conseguiram fazer a transposição dessa percepção para uma atuação pedagógica que tenha condições de enfrentar essa realidade, que seria uma perceptiva de Educação Ambiental em sua vertente crítica.

Ao fazer essa transposição, que indicamos poder acontecer por meio da Educação Ambiental Crítica, os professores partiram desses conflitos e retornaram a ele, por meio de uma compreensão ampliada e, quem sabe, de uma intervenção mais efetiva. Entre a partida e o retorno existiria o fazer pedagógico do docente com seu educando, voltado para uma formação cidadã, que contribuiria para superar a impotência frente aos conflitos já explicitados.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. 70. ed. Lisboa: Edição. 70, 1977.

BRASIL. **Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. 1999.

BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental**. Resolução CNE/CP nº 02, 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.2, p. 43-51. 2001.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 354p.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Educação, meio ambiente e ação política. In: ACSELRAD, H. **Meio ambiente e democracia**. Rio de Janeiro: Ibase, p. 32-42, 1992.

COSENZA, Angélica; KASSIADOU, Anne; SÁNCHEZ, Celso. Educação Ambiental e Direitos Humanos: necessárias articulações a partir da justiça ambiental e da ecologia política. In: SILVA, Aida Maria Monteiro; TIRIBA, Léa. **Direito ao Ambiente como Direito à Vida: desafios para a educação em direitos humanos**. São Paulo: Cortez. p. 21-46, 2014.

DICKMANN, Ivo; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. Paulo Freire e Educação ambiental: contribuições a partir da obra *Pedagogia da Autonomia*. **Revista de Educação Pública**, v. 21, n. 45, p. 87-102, 2012.

FERNANDES, Roosevelt et al. Avaliação da percepção ambiental da sociedade frente ao conhecimento da legislação ambiental básica. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 33, 2014.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1974/13 ed., 1983.

GROSSI, Yonne de Souza. **Mina de morro velho: uma extração do homem: uma história de experiência operária**. São Paulo: Paz e Terra. 1981.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. **Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 6, p. 1-15, 2011.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Pandemias, colapso climático, antiecológismo: Educação Ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 4, p. 1-30, 2020.

LOUREIRO, Carlos Fredetico Bernardo. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; FRANCO, Jussara Botelho. Aspectos teóricos e metodológicos do Círculo de Cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em educação ambiental. **Ambiente & Educação**, v. 17, n. 1, p. 11-27, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente & Educação**, v. 8, n. 1, p. 37-54, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental transformadora. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, 2004. p. 65-84.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, educação e saúde**, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; FRANCO, Jussara Botelho. Aspectos teóricos e metodológicos do Círculo de Cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em educação ambiental. **Ambiente & Educação – Revista de Educação Ambiental**. v. 17, n.1, p. 11-27, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

MORAES, Maria Cândida. Ambientes de Aprendizagem como expressão de convivência e transformação In: Moraes MC et al.(Org.). **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: teoria e prática docente**. Rio de Janeiro: Wak, p. 48-49, 2010.

MORGAN, David L. **Focus group as qualitative research**. Londres: Sage, 1997.

NEVES, Janison Tadeu; BIZAWU, Kiwonghi. O extrativismo da madeira na Amazônia e seus impactos ambientais: a contribuição do protocolo de Kyoto para o desenvolvimento sustentável. **Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law**, v. 20, n. 2, p. 465-483, 2019.

NOGUEIRA, Conceição; E SILVA, Isabel Alarcão. **Cidadania: Construção de novas práticas em contexto educativo**. Lisboa: Edições ASA, 2001.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In, Michele Sato, Isabel Carvalho. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed Editora, p.17-44, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. 2ª edição. Campinas, SP. Autores Associados, 2012.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Ed.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Editora Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2010.

## SOBRE AS AUTORAS

### ***Adriana Massaê Kataoka***

Doutora em Ciências (UFSCar). Docente do Departamento de Ciências Biológicas e PPGEN da UNICENTRO - Brasil. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Educação Ambiental (NEA). dri.kataoka@hotmail.com.

### ***Bruno Bianchin Alves***

Mestrado em ensino de ciências naturais e matemática - UNICENTRO; Docente na rede básica de ensino do Paraná - Brasil. Integrante do NEA - Núcleo de Educação Ambiental da UNICENTRO. Correio eletrônico: brunobianchin12@gmail.com.

### ***Juliana Mara Antonio***

Mestrado em ensino de ciências naturais e matemática - UNICENTRO; Docente na rede básica de ensino de Santa Catarina - Brasil. Integrante do NEA - Núcleo de Educação Ambiental da UNICENTRO. Correio eletrônico: julianamara85@gmail.com.